

Joana Teixeira, António Tavares, Paulo Afonso Duarte

Mais um episódio da Guerra Fria? A intervenção externa na invasão indonésia do território timorense

Investigadora em Relações Internacionais

Professor Auxiliar da Universidade Lusófona
Subdiretor da FDCP da Universidade Lusófona

Professor de Ciência Política e Relações
Internacionais da Universidade Lusófona

1.Introdução

Os 20 anos de independência de Timor-Leste que foram celebrados em 20 de maio de 2022 atestam a resiliência de um jovem país que lutou até ao fim pela sua autodeterminação. Timor-Leste é, além disso, o exemplo do quão longe se aventurou o marinheiro português, que paulatinamente descia o Atlântico, percorria o Índico e chegava, por fim, ao Pacífico. Timor-Leste é, igualmente, o expoente máximo da perseverança do espírito guerreiro e da continuidade do império – e vestígios lusos subsequentes – no tempo e no espaço. Com a sua heterogeneidade de etnias, dialetos, tradições e saberes, Timor-Leste demonstra que a convivência e coexistência na pluralidade é possível. Contudo, Timor-Leste não se restringe à história das epopeias marítimas, nem às atrocidades factuais mais recentes por parte da Indonésia. Todos estes aspetos têm sido assaz documentados pela literatura e meios de comunicação internacionais. Ao invés, à exceção de Leandro, Peng & Henriques (2019) que escrevem em inglês, têm sido escassos, se

não mesmo inexistentes, os trabalhos em língua portuguesa que analisam a questão de Timor-Leste como mais um episódio da Guerra Fria. É esta lacuna que confere, por conseguinte, razão de ser ao presente artigo.

Para o efeito, o presente artigo utiliza uma metodologia qualitativa, recorrendo a fontes de pesquisa primária, nomeadamente artigos científicos, dissertações e relatórios técnicos; e a fontes de pesquisa secundária, nomeadamente livros. O objetivo principal deste artigo centra-se na análise da invasão indonésia do território timorense, de modo a perceber se a invasão indonésia do território timorense pode configurar mais um episódio da Guerra Fria, algo que tem sido descurado pela literatura existente acerca do tema. Deste modo, este artigo começa por analisar a consolidação do poder indonésio, seguindo-se o estudo da descolonização portuguesa, com enfoque no caso timorense. Por fim, investiga-se os contornos da invasão indonésia do território timorense, abordando a importância da intervenção externa na crise timorense.

2. De Sukarno a Suharto: a intervenção externa na consolidação do poder indonésio

Após a independência indonésia, o mandato de Sukarno foi marcado pela criação de um conceito nacional anti-imperialista pela defesa da revolução e da liderança nacional. Simultaneamente, no plano externo, Sukarno procurou desenvolver e guiar-se por um conceito internacional de terceiro-mundismo não-alinhado, por meio da introdução de uma nova ordem mundial afastada do imperialismo e do neocolonialismo, mantendo boas relações diplomáticas com a União Soviética e a República Popular da China. Em detrimento das relações diplomáticas com o bloco ocidental, Sukarno adotou uma política externa de confrontação, apresentando posições internacionais bastante agressivas e instáveis, que provocaram um grave desgaste da credibilidade externa e uma preocupante crise interna. Esta instabilidade fomentou um ambiente de descontentamento generalizado, especialmente importante no seio das forças armadas. Deste modo, o Movimento 30 de Setembro iniciou as manobras golpistas nas primeiras horas da madrugada daquele dia 1 de outubro de 1965, com o objetivo de

destruição da liderança militar. O fracasso da operação promoveu a responsabilização do Partido Comunista Indonésio e o consequente extermínio em massa dos seus militantes e simpatizantes (Mendes, 2016).

O *Partai Komunis Indonesia* e as suas organizações associadas contavam com a participação ativa de 10 milhões de pessoas, sendo alvo de uma violentíssima campanha de aniquilação política e ideológica sem precedentes históricos. Ativamente perseguidos, os alvos eram mantidos em celas insalubres e sobrelotadas em centros de detenção temporários, resultantes de interrogatórios cruéis, condenações extrajudiciais e de assassinatos sumários, moldados pela violência física, psicológica e sexual (Amnistia Internacional, 1977). No seguimento desta operação política, os documentos estadunidenses disponibilizados pelo *National Security Archive*, mostram a necessidade de destruição da força política do movimento operário indonésio. A 1 de novembro de 1965, um telegrama enviado ao Departamento de Estado informa acerca da prisão de 600 militantes e simpatizantes comunistas, bem como do desmantelamento do sindicato dos trabalhadores petrolíferos. E a 26 de novembro de 1965, um telegrama enviado à embaixada estadunidense em Jacarta dá conta do massacre de 15 mil militantes comunistas em Tulungagung (National Security Archive, 2017). No mesmo sentido, os documentos secretos britânicos presentes no *Foreign Affairs Archive*, revelam o conhecimento britânico sobre os massacres cometidos. A 16 de dezembro, um telegrama enviado ao embaixador britânico em Jacarta comunica o assassinato de mais de 100 mil pessoas desde 31 de outubro, relatando a existência de uma lista de indivíduos-alvo. E a 21 de fevereiro de 1966, um relatório do embaixador britânico mostra a estimativa da morte de 400 mil pessoas (Curtis, 2003).

Após o afastamento político de Sukarno, o mandato presidencial de Suharto foi marcado pela criação de um conceito nacional de defesa do povo, baseada na integridade territorial, na segurança e na intolerância política, impondo a força, a violência e o terrorismo de estado. Ao mesmo tempo, este mandato foi marcado pela adoção de uma nova ordem política, caracterizada pelo autoritarismo, pela corrupção, pelo conluio e pelo nepotismo; e de uma nova ordem económica, caracterizada pelo desenvolvimento do setor privado e pela captação do investimento estrangeiro na produção

de gás, de petróleo e de minerais preciosos. Beneficiando as relações diplomáticas com o bloco ocidental, Suharto adotou uma política externa de paz e de cooperação regional e internacional, especialmente importante na criação da semi-aliança ideológica e militar ocidental (Mendes, 2016). Neste sentido, os documentos secretos estadunidenses revelam as comunicações governamentais e diplomáticas sobre a consolidação do novo poder indonésio. A 23 de outubro de 1966, uma carta enviada ao embaixador estadunidense Marshall Green dá conta do pedido indonésio de financiamento, bem como de envio de equipamento de comunicação e de armamento, posteriormente avaliado e consentido pela administração Johnson. E a 26 de maio de 1967, um memorando sobre a conversa entre o Presidente Nixon e o Presidente Suharto – apesar das preocupações estadunidenses com a corrupção, o nepotismo e o terrorismo de estado – atesta a receção positiva da consolidação do poder, permitindo o aumento do apoio militar às forças armadas indonésias (National Security Archive, 2008).

3. O processo de descolonização português: a preparação da anexação de Timor-Leste

O peso de cinco décadas de regime fascista e de cinco séculos de dominação colonial promoveram ativamente o esgotamento da solução política de manutenção dos esforços bélicos nos territórios coloniais. Enfrentando as graves consequências do crescente isolamento internacional, o Movimento das Forças Armadas iniciou as manobras golpistas nas primeiras horas da madrugada do dia 25 de abril de 1974 com o objetivo de liquidação da ditadura marcelista. Os sucessivos êxitos golpistas instigaram à ocupação das ruas, das praças, das avenidas e das cidades pelo povo português, clamando a liberdade e a democracia popular na destruição do fascismo. Consequentemente, a Junta de Salvação Nacional estabeleceu o cumprimento vital da descolonização, da democratização e do desenvolvimento no conturbado período de processo revolucionário (Mattoso, 1993), provocando o surgimento de duas correntes distintas sobre a solução colonial. A primeira corrente defendia a adoção da autonomia ampla ou da federação, refletindo o pensamento conservador. Por sua vez, a segunda corrente

preconizava a concretização imediata e incondicional da autodeterminação e da independência, refletindo o pensamento radical (Gorjão, 2005). Este conflito precipitou a tomada de posse do II Governo Provisório, marcado pelo maior interesse na imediata solução colonial através da promulgação da lei 7/74 sobre o reconhecimento da autodeterminação e da independência dos povos e territórios (Portugal, Lei 7/74, de 27 de julho). Deste modo, António Leitão (2015) afirma que a indecisão política sobre a estruturação e a condução da descolonização verificada foi altamente influenciada pela grave situação de instabilidade interna e externa.

Considerando o planeamento de uma longa, progressiva e pacífica descolonização timorense pelos dirigentes políticos portugueses, realizou-se um encontro oficial entre a delegação portuguesa e indonésia em outubro de 1974. Deste resultou um consenso pela administração portuguesa do território timorense neste período, mantendo o apoio oficial da independência (Fernandes, 2005). A prioridade concedida à descolonização africana provocou o atraso do processo de descolonização timorense, visível na tardia nomeação do Governador-Geral Mário Lemos Pires em novembro de 1974. Com limitado apoio central, o novo governador pretendia a reestruturação da força militar, a concretização do ajustamento da administração local, a adoção da política de descolonização e a realização da auditoria dos partidos políticos (Figueiredo, 2015). Ao nível político, é de salientar a formação em Timor-Leste da Associação Popular Democrática Timorense (que defendia a integração autónoma timorense como novo território indonésio); a União Democrática Timorense que preconizava a progressiva autonomia timorense, repudiando a integração em qualquer potência regional. Por sua vez, a Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente almejava a autodeterminação e a independência, baseada no nacionalismo, no anti-colonialismo e no anti-imperialismo (Mattoso, 1993).

Atendendo à proximidade na relação diplomática entre Jacarta e Washington, os documentos secretos mostram a preparação oficiosa da opinião internacional sobre a possível anexação timorense. A 4 de março de 1975, um memorando enviado ao Secretário de Estado Henry Kissinger informa sobre a preparação política e militar indonésia para a futura anexação, recomendando a adoção da política do silêncio ao embaixador

americano David Newsom (National Security Archive, 2005). No seguimento destas comunicações realizou-se um encontro oficial entre a delegação portuguesa e indonésia, conseguindo um acordo sobre a consulta popular timorense. Este encontro foi seguido de uma reunião entre o Presidente Suharto e o Primeiro-Ministro Gough Withlam, do qual resultou um consenso sobre a inviabilidade da independência timorense, acreditando-se que a anterior solução atrairia os interesses chineses e vietnamitas. Consequentemente, Portugal organizou um encontro entre os representantes políticos timorenses e indonésios para a preparação da independência, resultando na aprovação da União Democrática Timorense, na objeção da Associação Popular Democrática Timorense e da Indonésia e no boicote da frente Revolucionária de Timor-Leste Independente (Commission for Reception, Truth and Reconciliation in East Timor, 2005). A este encontro conturbado seguiu-se uma conversa oficial entre o Presidente Suharto e o Presidente Gerald Ford sobre a importância do apoio militar estadunidense na construção da máquina de guerra indonésia (National Security Archive, 2005). Segundo Moisés Fernandes (2005), a administração local e central portuguesa tiveram conhecimento das comunicações externas sobre a preparação da anexação timorense, demonstrando uma maior preocupação pela solução dos problemas políticos internos.

A falta de entendimento dos partidos mais representativos da população timorense foi ultrapassada com a concretização de um acordo breve entre a União Democrática Timorense e a Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente, permitindo a publicação da lei 7/75 que previa a constituição de uma assembleia popular, sujeita a eleição direta, secreta e universal em outubro de 1976, para a definição do estatuto político e administrativo timorense, que se manteria até ao final da soberania portuguesa em outubro de 1978 (Portugal, Lei 7/75, de 17 de julho).

Na continuidade do processo de descolonização português, o Presidente Suharto e o seu Ministro dos Negócios Estrangeiros Adam Malik retiraram o apoio à autodeterminação e à independência timorense, anunciando a pretensão de integração ao serviço dos laços históricos, culturais e étnicos unificadores dos povos e dos territórios. Declarando a inviabilidade da solução independentista, esta alteração política considerou a

importância da contenção comunista e do negócio petrolífero no território timorense, bem como o receio da transformação do estatuto indonésio no terceiro-mundismo não-alinhado e da perda do apoio económico e militar australiano e estadunidense. Esta declaração reuniu a aprovação australiana, reconhecendo a importância da anexação timorense ao serviço dos interesses regionais; a aprovação neozelandesa, reconhecendo a inviabilidade da independência timorense; e a aprovação britânica, reconhecendo a importância da anexação timorense ao serviço da estabilidade regional (Fernandes, 2015).

Liderada pelo General Ali Murtopo, a *Operasi Komodo* concretizou múltiplas ações manipuladoras, nomeadamente a difusão de propaganda anticomunista e a infiltração de tropas especiais, promovendo a dissolução do acordo político e governativo e a exacerbação da tensão política, social e militar (Mattoso, 1993). Após a constituição de uma milícia armada baseada na unidade, na independência e no anticomunismo, a União Democrática Timorense iniciou as primeiras manobras golpistas a 11 de agosto de 1975 com o objetivo de eliminar líderes políticos extremistas timorenses e portugueses numa tentativa de prevenção da invasão indonésia, abrindo um período bastante conturbado de golpes e de contragolpes. O evidente fracasso das negociações mediadas pelas autoridades portuguesas provocou a saída do Governador-Geral para a ilha de Ataúro. Perante a vitória militar da Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente nos primeiros dias de setembro de 1975, seguiu-se um período de administração interina marcada pelo respeito à soberania portuguesa e pelo convite à retoma negocial, apresentando uma recomendação de clarificação de rumores e de equívocos às forças internas e externas. No entanto, a *Operasi Flamboyen* concretizou a crescente influência política e militar indonésia através da posterior invasão militar de Oé-Cússi, de Batugadé, de Balibó e de Maliana, instigando à realização de uma última discussão diplomática entre a delegação portuguesa e indonésia em novembro (Commission for Reception, Truth and Reconciliation in East Timor, 2005). No seguimento do apelo timorense à ajuda internacional, os documentos estadunidenses atestam o conhecimento diplomático da preocupação timorense sobre a iminência da invasão

do território em *full-scale*, dando conta da posição não-intervencionista da administração Ford (National Security Archive, 2005).

4. A invasão indonésia do território timorense: a bestialidade da *Operasi Seroja*

Sobre a última escalada de tensão política e militar, Fernando Figueiredo (2015) destaca a importância vital da passividade política da administração local, a distração política do governo central português, o avanço militar indonésio, e a intervenção ideológica e militar internacional. Figueiredo (2015) sublinha ainda a inércia política das Nações Unidas face à proclamação da independência timorense, assinada pela Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente; e à proclamação da integração timorense, assinada pela Associação Popular Democrática Timorense e pela União Democrática Timorense. Perante a quase simultaneidade das duas declarações, o governo português anunciou o não-reconhecimento das declarações, afirmando o contínuo empenho na solução da crise timorense (Centro de Documentação 25 de abril, sd). Por sua vez, o governo australiano revelou o não-reconhecimento da declaração de independência, repudiando a atuação irresponsável e provocatória. Ao invés, o governo chinês anunciou o reconhecimento da declaração de independência (Commission for Reception, Truth and Reconciliation in East Timor, 2005).

Realizada a 6 de dezembro de 1975, a visita do Presidente Gerald Ford e do Secretário de Estado Henry Kissinger ao Presidente Suharto abordou assuntos políticos, como a necessidade de contenção comunista no terceiro-mundismo não-alinhado e a importância do apoio militar estadunidense na repressão das insurgências regionais. Foram, igualmente, discutidos assuntos económicos, como a importância do investimento estrangeiro no negócio petrolífero, enfatizando a necessidade de manutenção de bom ambiente político; e assuntos militares, como a importância do não-intervencionismo estadunidense, a preocupação sobre a utilização de equipamento militar estadunidense e a necessidade de construção de uma narrativa internacional de autodefesa (National Security Archive, 2001). Concedendo apenas um breve atraso diplomático para o impedimento de embarço internacional,

as Forças Armadas da República da Indonésia iniciaram as primeiras manobras invasoras na madrugada de 7 de dezembro de 1975 com o objetivo principal de eliminação dos líderes políticos da Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente e das suas organizações associadas. Liderada pelo Coronel Dading Kalbuadi, a *Operasi Seroja* multiplicou os ataques marítimos, terrestres e aéreos, sendo confrontada com a rápida resistência das Forças Armadas de Libertação Nacional de Timor-Leste (Commission for Reception, Truth and Reconciliation in East Timor, 2005). Após o assalto ao Palácio das Repartições, a comunicação da recente invasão indonésia aos dirigentes políticos portugueses precipitou a reunião de emergência do Conselho de Ministros e da Comissão Nacional de Descolonização, decidindo unanimemente pelo corte imediato das relações diplomáticas com a Indonésia e pela solicitação urgente da intervenção do Conselho de Segurança (Centro de Documentação 25 de abril, sd).

No entanto, numa ação deliberada de manipulação da opinião internacional, a presidência indonésia permitiu a retirada das insígnias do material militar utilizado com o objetivo premeditado de prevenção da revelação da origem do equipamento bélico e de construção de uma narrativa de negação do envolvimento político e militar indonésio. Nestes violentos primeiros dias de manobras invasivas destaca-se a concretização de execuções sumárias. Com o estacionamento de quatro navios de guerra nas praias de Baucau, a liderança política e militar refugiou-se nas montanhas de Aileu. Considerando o fácil avanço das tropas indonésias, a cidade foi rapidamente controlada face à falta de resistência militar, com o registo do assassinato de duas mil pessoas apenas nos primeiros dois dias de invasão, evidenciando a perseguição especial da comunidade chinesa.

Em virtude do falhanço total do respeito pela autodeterminação timorense, a Assembleia Geral das Nações Unidas emitiu a *Resolução 3485*, condenando a intervenção militar indonésia; pedindo a cessação imediata da violação da soberania timorense; apelando à continuidade da negociação entre os partidos políticos e o governo português; e solicitando a reunião do Conselho de Segurança face à alarmante ameaça à segurança regional e internacional (Assembleia Geral, 1975). Respondendo à urgente solicitação da Assembleia Geral, o Conselho de Segurança das Nações Unidas emitiu

a *Resolução 384*, expressando o seu descontentamento face à distração do governo português; condenando a intervenção militar indonésia; pedindo a cessação imediata da violação da integridade territorial timorense; apelando ao respeito da autodeterminação e da independência timorense; solicitando o envio imediato de um representante especial ao território; apelando à continuação das negociações entre os partidos políticos e o governo português, com a mediação das Nações Unidas (Conselho de Segurança, 1975).

Compreensivelmente, a fuga massiva do povo e o consequente abandono da maioria das cidades timorenses provocou um preocupante fluxo de deslocamento interno para as montanhas nacionais, criando uma grave falta de serviços adequados de abrigo, de alimentação e de saúde. Perante a clara desorganização da Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente e das Forças de Libertação Nacional de Timor-Leste realizou-se uma conferência nacional para a definição de uma estratégia política e militar eficaz em maio de 1976, na cidade de Soibada. Mobilizando uma grande força de resistência nacional, esta estratégia de semi-guerrilha, apoiada logisticamente pela população civil refugiada nas montanhas e nas florestas, definiu zonas libertadas pelo território timorense. Constituídas como bases de apoio protegidas por círculos de defesa das milícias armadas governamentais e populares, estas zonas libertadas eram suportadas pelo trabalho feminino vital na educação, na produção agrícola e na produção farmacêutica tradicional. Como consequência do forte compromisso do povo timorense na resistência e na libertação nacional, a estratégia adotada resultou perfeitamente (Commission for Reception, Truth and Reconciliation in East Timor, 2005). No entanto, os documentos secretos estadunidenses mostram o contínuo e simultâneo apoio militar às forças militares indonésias. A 29 de abril de 1976, um telegrama enviado ao Departamento de Estado informa acerca da diminuição substancial dos recursos bélicos da Indonésia, pedindo a assistência estadunidense no envio de munições, de armas, de tanques, de artilharia naval e aérea (National Security Archive, 2005). E a 17 de junho, a transcrição de um encontro oficial evidencia a contínua aprovação do envio de ajuda militar, persistindo a preocupação estadunidense na utilização do equipamento bélico em ações de ataque (National Security Archive, 2001).

Neste sentido, a presidência indonésia iniciou o processo de oficialização da declaração de integração timorense com o objetivo de construção de uma narrativa de representatividade popular nacional e de consenso político internacional. Esvaziado pela farsa e pela censura, este processo não contou com a presença de representantes internacionais, excetuando a presença neozelandesa. Sob o pretexto de legitimação da autodeterminação e da democracia, o Presidente Suharto aprovou o *Act of Integration* em julho de 1976, reunindo rapidamente o não-reconhecimento do governo português e o reconhecimento do governo australiano (Commission for Reception, Truth and Reconciliation in East Timor, 2005)

Previsivelmente, o ambiente de otimismo timorense degenerou lentamente até à rutura partidária que, discutindo a importância da população civil na resistência, provocou o surgimento de duas correntes de ação. A primeira corrente afirma o abrandamento militar para a proteção do povo que, se resignado à rendição total, beneficiaria a resistência nas principais vilas e cidades, captando o pensamento dos quadros das Forças Armadas e da Presidência. Por sua vez, a segunda corrente sublinha a importância do povo na resistência nacional e na construção da revolução baseada na educação das massas, captando o pensamento dos quadros do Comité Central. Neste conflituoso setembro de 1977, o conhecimento da opinião do Ministro da Informação Alarico Fernandes sobre a impossibilidade de independência sem apoio externo provocou a detenção e a destituição do Presidente Francisco Xavier do Amaral que, mantido numa cela insalubre sob tortura e maus-tratos, foi acusado de traição, de corrupção e de assassinato (Commission for Reception, Truth and Reconciliation in East Timor, 2005).

Na fase final da *Operasi Seroja*, as Forças Armadas da Indonésia adotaram uma estratégia de cerco e de aniquilação face à liderança política e militar. Agravando a violência dos ataques indonésios, esta estratégia promoveu o abandono das zonas libertadas através da evacuação da população civil e da retirada das tropas timorenses, destruindo a capacidade militar e alimentar timorense. Com uma hostil intensidade dos ataques marítimos, terrestres e aéreos, as tropas indonésias promoviam a destruição das vilas e das cidades, dos campos e das plantações, dos abastecimentos alimentares

e farmacêuticos através da utilização ativa de produtos inflamáveis e incendiários, nomeadamente gasolina e napalm. Refugiado permanentemente nas montanhas e nas florestas, o povo resistia sob constantes ataques. Assim, o contínuo ataque indonésio provocou uma catástrofe humanitária em grande escala que, face à imposição da proibição da entrada de agências e de organizações internacionais no território timorense, ficou esquecida pelo mundo, mas não esquecida pela Igreja Católica. Constituindo a única instituição de ligação internacional presente, a sua importância destaca-se na comunicação dos crimes cometidos através do envio de cartas clandestinas ao exterior (Commission for Reception, Truth and Reconciliation in East Timor, 2005).

Os documentos secretos estadunidenses demonstram o conhecimento estatal acerca da estratégia adotada pelas tropas indonésias. Com efeito, a 23 de dezembro de 1977, um telegrama enviado ao Departamento de Estado informa sobre a possibilidade de utilização de armas químicas nos ataques aéreos, realizados com aviões de origem estadunidense. A 26 de abril de 1978, um memorando da visita do Vice-Presidente Walter Mondale menciona a aprovação da venda de 16 aviões de combate, servindo uma campanha massiva de bombardeamentos aéreos para a destruição da resistência armada. E a 10 de maio, um telegrama enviado ao Departamento de Estado informa sobre a possibilidade de mais apoio militar face à recente libertação de presos políticos, recomendando a libertação regular para a melhoria da opinião internacional sobre a presidência de Suharto (National Security Archive, 2005).

A asfixia do povo timorense, reduzido à fome e à miséria, promoveu o afastamento da resistência armada, traída novamente pelo recém-fugitivo Alarico Fernandes, tornado um ativo aliado indonésio para o confinamento das tropas timorenses a casuais e pequenos espaços territoriais. Aplicando a estratégia de cerco e de aniquilação, as Forças Armadas da Indonésia iniciaram uma especial campanha de assalto no final de setembro de 1978. Considerada uma importante área de recuo da resistência, a montanha Matebian era uma zona libertada vital, albergando centenas de civis. Concretizados pelos aviões fornecidos no âmbito da ajuda militar externa, os ataques aéreos à montanha persistiram durante três meses até à rendição

da população civil e à retirada das tropas timorenses, provocando um cruel rastro de famílias e de crianças esfomeadas. Contudo, o maior sucesso desta campanha indonésia aconteceu com o assassinato do Presidente Nicolau Lobato no dia 31 de dezembro de 1978, junto de um rio perto da aldeia de Maubisse. Sobreviventes à fome, à doença e à guerra, os civis e os guerrilheiros rendiam-se para a imediata detenção em infraestruturas variadas que, tornadas em insalubres campos de concentração, obrigavam à privação total de alimentos, medicamentos, saneamento e de sono. Esta tragédia humanitária resultou na morte de 120 mil pessoas (Commission for Reception, Truth and Reconciliation in East Timor, 2005).

5. Mais um episódio da Guerra Fria?

Provocada pela hábil ascensão de forças políticas belicistas e expansionistas de ideologia nazi-fascista, a Segunda Guerra Mundial foi promovida pela humilhação alemã, pelo colapso económico e financeiro e pela estratégia dominante hitleriana. Iniciada pela invasão alemã do território polaco a 1 de setembro de 1939, a guerra rapidamente se alastrou a todas as regiões mundiais com a ágil mobilização das alianças políticas e militares previamente estabelecidas.

No período pós-guerra evidencia-se a rápida ascensão de duas superpotências mundiais. A hostilidade entre ambas desencadeou um conflito armado indireto com meios e estratégias distintas de provocação, como a propaganda ideológica, a espionagem, a exibição de potencial militar, a formação de alianças políticas e militares e a intervenção direta e indireta em conflitos localizados. Provocando um permanente clima de tensão internacional, a *Doutrina Truman* afirmava a necessidade de contenção comunista por meio do exercício de uma política de carácter imperialista e militarista. Já a *Doutrina Jdanov* preconizava a contenção capitalista através de uma política anti-imperialista e anti-colonial (Nye, 2009).

É no quadro deste ambiente político internacional da Guerra Fria que importa, pois, analisar a consolidação do poder indonésio e a invasão do território timorense. A intervenção externa foi considerada devido à manutenção de ligações diplomáticas no bloco de leste; à promoção da integração

de forças políticas radicais no terceiro-mundismo não-alinhado; e ao afastamento compulsivo da presidência de Sukarno. Neste sentido, a tentativa de golpe militar, a responsabilização comunista e o consequente extermínio em massa dos militantes e dos simpatizantes do *Partai Komunis Indonesia* e das suas organizações associadas serviram perfeitamente os interesses ocidentais na contenção do avanço político e ideológico comunista na região. Através da violência e do terrorismo de estado, a nova presidência autoritária de Suharto empenhou-se na construção de uma economia capitalista firme, atraindo o investimento estrangeiro para a extração de petróleo, gás e de minérios preciosos com vista à constituição de uma poderosa potência regional. Esta transformação política, económica e social permitiu, por sua vez, uma rápida aproximação ao bloco ocidental, constituindo uma semi-aliança ideológica e militar para a intervenção regional em focos de insurgência comunista, contando com o apoio militar britânico e estadunidense direto. Ignorando as preocupações sobre o excesso de autoritarismo, corrupção e violência, o bloco ocidental acolheu positivamente a consolidação do poder indonésio, legitimando um novo aliado político, económico, comercial e militar poderoso. A Indonésia evidencia-se como o maior arquipélago do mundo e, ao mesmo tempo, o maior país de predominância religiosa muçulmana do planeta, estando localizada perto de importantes rotas de navegação internacionais (Mendes, 2016). Atraindo a atenção geopolítica e geoestratégica japonesa, neozelandesa, australiana e estadunidense, a aliança ocidental na região do sudeste asiático destaca-se pela importância do sentimento anticomunista e do negócio petrolífero.

Relativamente ao processo de descolonização português, a intervenção externa foi considerada devido ao afastamento compulsivo da presidência de Marcello Caetano. Neste sentido, a concretização do golpe militar, a integração política comunista e a promoção do processo de descolonização não serviram os interesses ocidentais na contenção do avanço político e ideológico comunista no território europeu e africano. Priorizando o processo de descolonização africano, as autoridades portuguesas promoveram a nomeação do Governador-Geral Lemos Pires para a realização da longa e progressiva descolonização timorense, altamente influenciada pela prioridade da descolonização africana e pela necessidade de resolução de

problemas políticos internos (Mattoso, 1993). Garantindo a independência total, a concretização do acordo político e a publicação da lei portuguesa provocaram a retirada oficial do apoio indonésio à independência e autodeterminação timorense, anunciando a pretensão de integração ao serviço dos laços unificadores dos povos e dos territórios com a posição favorável australiana, neozelandesa e britânica. A passividade da administração local, a distração do governo central e a infiltração das tropas indonésias promoveram a facilidade e a agilidade da intervenção externa no processo de descolonização timorense através do apoio militar direto às forças armadas indonésias. Face ao crescimento político da Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente, evidencia-se a preocupação sobre o avanço comunista, receando uma crescente influência soviética e cubana no território português e uma crescente influência chinesa e vietnamita no território timorense, destacando a importância da humilhante derrota estadunidense na guerra do Vietname (Commission for Reception, Truth and Reconciliation in East Timor, 2005). Atraindo a atenção geopolítica e geoestratégica britânica e estadunidense, a pretensão expansionista indonésia caracterizou-se pela importância do sentimento anticomunista, do negócio petrolífero e do negócio militar.

Relativamente à invasão indonésia ao território timorense, a intervenção externa foi justificada pela preparação bélica da Indonésia; pela assinatura da declaração de independência e da declaração de integração; e pelo ambiente de invasão iminente. Apresentando uma posição oficial não-intervencionista, a visita presidencial estadunidense proporcionou a aprovação clara da pretensão indonésia de invasão, de ocupação e de anexação timorense. Perante a propositada manipulação internacional sobre a realização das primeiras manobras militares e dos primeiros massacres civis, destaca-se a passividade das Nações Unidas com a emissão de resoluções anuais sobre a questão de Timor-Leste. Face à resistência política, militar e civil timorense, a contínua ajuda financeira e militar externa afigurou-se vital para a alimentação ininterrupta da máquina de guerra indonésia que, sob nova manipulação internacional, iniciou o processo de anexação. Construindo uma narrativa de representatividade popular, a presidência indonésia afirmou hipocritamente a integração timorense ao

serviço da história, da etnicidade e da cultura comum, bem como da paz e da estabilidade. Destaca-se, ainda, a importância da Igreja Católica e das suas organizações associadas na denúncia dos crimes de guerra cometidos pelas forças militares indonésias, infelizmente falhando na atração da atenção mundial. Aproveitando-se da inércia e da passividade internacional, a Indonésia perpetuou os seus crimes impunemente, contando com o apoio próximo dos aliados externos, empenhados na contenção comunista e no negócio militar.

Na análise do papel da intervenção externa na consolidação do poder indonésio, no processo de descolonização português e, especialmente, na invasão indonésia do território timorense destaca-se a importância dos interesses políticos e ideológicos, com a aplicação da política de contenção do avanço comunista e radical; dos interesses económicos e comerciais, com o aproveitamento da localização estratégica perto de importantes rotas de navegação para o negócio petrolífero; e dos interesses militares, com a alimentação incessante do poderoso *lobby* militar. Embora menosprezada e esquecida, a invasão indonésia do território timorense é efetivamente mais um episódio da Guerra Fria.

6. Conclusão

O processo de descolonização de Timor-Leste e a consequente independência do novo Estado ocuparam quase vinte e cinco anos (1974-2002) de resistência, promovida quer pelos combatentes timorenses, quer por Portugal. Com efeito, perante a questão de Timor-Leste, Portugal manteve um papel ativo, acompanhando o desenvolvimento e fim da Guerra Fria.

De certa forma, Portugal estava envolvido nesta fase final da Guerra Fria com a descolonização em África quando, após 1974, foi forçado a fazer uma “descolonização exemplar”. Desde 1961, Portugal vivia a perda não reconhecida do Estado Português da Índia e o começo das lutas de libertação em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau. Esta política de intervenção em África, promovida pela União Soviética, era já a consequência da Conferência de Bandung, em 1955, que criou o movimento dos não-alinhados e tentou definir o papel do chamado Terceiro Mundo na Guerra Fria.

Angola acabaria por ser vítima de um conflito à escala global, na forma de sucessivas guerras civis envolvendo os movimentos de libertação pró-soviéticos e pró-ocidentais. Entre novembro de 1975 e janeiro de 1976 mais de 12 mil soldados cubanos combateram em solo angolano. Este número expressivo atingiu, até 1991, cerca de 500 mil soldados cubanos. Daí que a independência de Timor-Leste seja mais um produto deste período da história. Com o receio de um estado pró-comunista, liderado pela FRETILIN, Timor-Leste foi alvo de um processo de anexação violento. Portugal pretendeu, no período de tempo subsequente, corrigir a sua precipitação no processo de descolonização. Contudo, não conseguiu evitar a ocupação indonésia, resultante da chamada doutrina Kissinger que procurava combater a existência de estados pró-União Soviética ou pró-China. Com vista à criação de um Timor-Leste independente, Portugal recorreu às Nações Unidas, nomeadamente ao seu Secretário-Geral, Kofi Annan, para sensibilizar muitos estados e responsáveis políticos, tais como o Presidente norte-americano, Bill Clinton.

O derrube da ditadura indonésia, acompanhada pelo desgaste da imagem do país nos grandes palcos internacionais, ajudou a que Portugal conseguisse o apoio da Holanda, bem como dos Estados Unidos e da Austrália, cuja esfera de influência poderia ser contestada. Apesar de alguma hesitação por parte de certos meios diplomáticos, foi possível conseguir que também em Timor-Leste o fim da Guerra Fria permitisse a criação de mais um país livre e independente. O fim da Guerra Fria trouxe uma nova leitura para o equilíbrio do poder no Pacífico, pelo que um novo estado não seria estranho nesse contexto. Os dirigentes de Timor-Leste compreenderam a importância de forjar um bom relacionamento com a Austrália, mantendo simultaneamente Portugal como um aliado preferencial. Neste sentido, a integração de Timor-Leste na Comunidade de Países de Língua Portuguesa atesta uma prioridade da diplomacia portuguesa.

7. Bibliografia

- Assembleia Geral. (1975, dezembro). *Resolution 3485*. Organização das Nações Unidas.
- Amnistia Internacional. (1977). *Indonesia: An Amnesty International Report* (Pub 77\00\77). Amnesty International Publications.
- Centro de Documentação 25 de abril. (sd). *Cronologia Pulsar da Revolução*. Universidade de Coimbra. <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=Cronologiapulsar>
- Commission for Reception, Truth and Reconciliation in East Timor. (2005). *Chega!*. <http://www.etan.org/news/2006/cavr.htm>
- Conselho de Segurança. (1975, dezembro). *Resolution 384*. Organização das Nações Unidas.
- Curtis, M. (2003). *Web of Deceit: Britain's real role in the world*. London: Random House.
- Fernandes, C. (2015). Accomplice to mass atrocities: The International Community and Indonesia's Invasion of East Timor. *Politics and Governance*, 3(4), 1-11.
- Fernandes, M. S. (2005). O processo de descolonização do Timor português nos arquivos portugueses (1974-1975). *IV Seminário Internacional de Arquivos de Tradição Ibérica*, 1-14.
- Figueiredo, F. A. (2015). Da descolonização inacabada ao limiar da independência. *Povos e Culturas*, nº19, 275-298.
- Gorjão, P. (2005). Mudança de regime e política externa: Portugal, Indonésia e o destino de Timor-Leste. *Análise Social*, vol. XI, 7-35.
- Leandro, Francisco & Peng, Ip & Henriques, Danilo. (2019). *The challenges, development, and promise of Timor-Leste*. Macau: City University of Macau.
- Lei 7\74, de 27 de julho. Diário do Governo nº 174\1974 – Série I de 1974. Lisboa: Conselho de Estado.
- Lei 7\75, de 17 de julho. Diário do Governo nº 163\1975 – Série I de 1975. Lisboa: Conselho da Revolução.
- Leitão, A. (2015). As relações entre Portugal e Timor-Leste: Da descolonização aos desafios no pós-intervencionismo. *Imprensa da Universidade de Coimbra*, cap. 2, 67-95.
- Mattoso, J. (1993). *História de Portugal: Portugal em Transe (1974-1985)*. Vol. 8. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Mendes, P. (2016). “Identidade e poder na política externa da Indonésia: de Sukarno a Suharto”. *Relações Internacionais*, 67-82.

- National Security Archive. (2001, dezembro). *East Timor Revisited*. The National Security Archive. <https://nsarchive2.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB62>
- (2005, novembro). *A quarter century of US support for occupation*. The National Security Archive. <https://nsarchive2.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB174/>
- (2008, janeiro 28). *Suharto: A declassified documentary obit*. The National Security Archive. <https://nsarchive2.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB242/index.htm>
- Nye, J. (2009). *Cooperação e conflito nas relações internacionais: Uma leitura essencial para entender as principais questões da política mundial*. São Paulo: Gente Editora.